

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

ATA Nº 056

PRESIDENTE - DEPUTADO SEBASTIÃO REZENDE

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Senhoras e senhores, bom dia. Em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, declaro aberta esta Audiência Pública, requerida pela Mesa Diretora, com o objetivo de discutir e debater de maneira ampla o Projeto da Lei Orçamentária Anual - LOA para 2017.

Convido para compor a mesa o Exmº Sr. Deputado Dilmar Dal Bosco, Deputado membro da Comissão de Constituição Justiça e Redação; Sr. Gustavo Pinto Coelho Oliveira, Secretário de Estado de Planejamento; Sr. Roberta Maria Amaral de Castro Pinto Penna, Secretária-Adjunta de Orçamento da Secretaria Estadual de Planejamento e Coordenação Geral da SEPLAN; a Dr.^a Anne Karine Louzich Hugueney Wiegert, Promotora de Justiça, Secretária-Geral de Administração do Ministério Público, neste ato representando o Procurador-Geral de Justiça, Dr. Paulo Prado; Dr. Caio César Buin Zumioti, 2º Subdefensor Público, neste ato representando o Defensor Público Geral do Estado de Mato Grosso, Djalma Sabo Mendes Júnior; Dr. Guilherme Müller, Secretário Municipal de Planejamento de Cuiabá.

A mesa composta, convido a todos para, em pé, ouvirmos o Hino Nacional Brasileiro.

(O HINO NACIONAL BRASILEIRO É EXECUTADO)

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Registro a presença - e já está aqui conosco, na mesa - do nosso companheiro Deputado Oscar Bezerra, que também é membro titular da Comissão de Constituição Justiça e Redação e Vice-Presidente desta Comissão.

Quero registrar a presença da Secretária-Adjunta de Planejamento e Gestão de Política Públicas da SEPLAN, Carolina Angélica Karlinski Herrero; Secretária-Adjunta de Cultura da Secretaria de Estado de Cultura, Regiane Berchieli; Agradecemos a presença dos técnicos da Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso; dos servidores da Secretaria Estadual de Cultura; do Presidente da Associação dos Servidores da Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso, Gustavo Vislei Amorim; do Presidente da Federação Sindical dos Servidores do Estado de Mato Grosso, Benedito Dalton; do Presidente do Sindicato da Saúde, Oscarlino Alves; do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Empresas e Órgãos Públicos e Privados, João Figueiredo.

Nós gostaríamos de dizer que, caso haja interesse da plateia em fazer algum questionamento, o Regimento Interno estabelece três minutos para os inscritos poderem, no momento oportuno, se pronunciar.

Gostaria de passar a palavra ao Secretário de Planejamento, Sr. Gustavo Pinto Coelho de Oliveira, que terá o seu tempo para fazer a explanação da LOA.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

Quero dizer que nós fizemos um acordo com a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, presidida pelo Deputado Zé Domingos Fraga, que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação presidiria esta primeira Audiência Pública e, amanhã, às 14h, a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, presidida pelo Deputado Zé Domingos Fraga, estará dirigindo obviamente essa segunda.

Portanto, passo a palavra ao Sr. Gustavo Pinto Coelho de Oliveira.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - Bom dia aos presentes!

Deputado Sebastião Rezende, obrigado pela oportunidade de mais uma vez estar aqui nesta Casa Leis esclarecendo, não só aos nobres Deputados, mas a toda a sociedade sobre as peças orçamentárias elaboradas pelo Poder Executivo para o ano de 2017.

Eu quero cumprimentar os Deputados Dilmar Dal Bosco, Oscar Bezerra e os demais colegas da mesa.

Deputado, obviamente, elaborar uma peça orçamentária no cenário fiscal em que se impõe ao País não é uma tarefa fácil. Se nós olharmos para um passado recente no Estado de Mato Grosso, a técnica orçamentária era muito diferente do que é hoje. Como a peça orçamentária era concebida, obviamente, com as receitas um “bocado” subestimadas, isso levava a uma peça orçamentária que, naturalmente, era construída durante o ano, com o decorrer do ano, por meio de suplementações orçamentárias.

O Governador Pedro Taques, quando assumiu o Governo, tomou a decisão corajosa de trazer essa estimativa de receita para dentro de parâmetros técnicos reais. E com o efeito, nós já podemos dizer que a peça orçamentária de 2016 teve uma margem de acerto da receita do Estado confirmada em torno de 3% para as receitas próprias. Nós tivemos alguns incrementos, sim, das receitas próprias, mas nos incrementos da atividade econômica de arrecadação não houve nada que fosse subestimado na peça. Também no ano de 2016, nós sofremos mais uma vez, pelo segundo ano consecutivo, reduções drásticas, principalmente, nos repasses federais ao Estado de Mato Grosso em áreas sociais sensíveis.

Isso nos leva, no presente momento, já a computar de um lado em corte de custeio de mais de seiscentos, quase 650 milhões de reais de corte de custeio do Executivo nesses dois últimos anos. E, na parte de frustração de receitas, mais de 750 milhões de repasses federais. Somando os dois componentes, nós já vemos que, em dois anos, estamos perto de um esforço fiscal de quase 1,4 bilhões de reais, isso é quase 10% do orçamento anual. É um esforço fiscal muito grande que, obviamente, se perdurar por mais algum tempo, começa a causar prejuízos às políticas públicas de maneira permanente.

Então, nesse momento, a grande discussão que o executivo, não só o daqui de Mato Grosso, mas de diversos estados fazem com a União é exatamente no sentido de até que ponto deve-se priorizar ou continuar priorizando um ajuste fiscal muito duro para toda a sociedade, em detrimento da retomada de políticas públicas e políticas anticíclicas para incentivar a economia.

Obviamente, as notícias que chegam de Brasília não são boas nesse sentido. Hoje de manhã, antes de vir para cá, eu estava lendo algumas reportagens no valor econômico, em alguns jornais nacionais, em que pese que a equipe econômica do Governo Federal já começa a sinalizar algumas medidas de crescimento e de estímulo à economia, ainda à tônica do ajuste fiscal duro a curto prazo. É o que prevalece e o que impõe sérias restrições aos estados.

Nesse domingo, nós pudemos ver em um grande telejornal nacional oito estados com grandes problemas para pagamento de folhas, parcelando as suas folhas. Com efeito, doze estados não sabem como vão pagar sequer o décimo terceiro este ano e o número de estados que

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16, MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

apresentam uma tendência de piora significativa em suas contas para o ano que vem já chega a vinte, vinte e um estados, segundo me disse o economista Raul Veloso, um grande especialista nacional no assunto.

O que é possível fazer nesse cenário? E não tem muita invenção dentro do que a técnica permite. Primeiro, apertar o custeio, e isso vai ficar claro na demonstração que vamos fazer aqui da elaboração da peça orçamentária; trabalhar para que novas receitas possam ser...

Bom dia Deputado, tudo bem?

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Desculpe Secretário, só para anunciar a presença do Deputado Pedro Satélite que, também, é membro titular da Comissão de Constituição e Justiça e ocupará assento à mesa.

Volto a palavra ao Sr. Secretário Gustavo Pinto Coelho de Oliveira.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - Então, obviamente, o que se pode fazer é reduzir o custeio, diria a níveis mínimos, quase a níveis de mera sobrevivência das estruturas do Poder Executivo. Isso fica claro na peça orçamentária. O ajuste vai precisar continuar.

O Poder Executivo pretende, ainda, este ano encaminhar a esta Casa de Leis mais algumas medidas de ajuste fiscal não desejadas, mas extremamente necessárias para que possamos ter o mínimo de equilíbrio nas contas públicas.

E, por outro lado, estamos trabalhando em algumas linhas com o Governo Federal, principalmente, para que possamos voltar a acessar operações de crédito para garantirmos investimentos importantes para o Estado de Mato Grosso, conseguir recursos extraordinários, como este ano parece-me que vamos conseguir, pela primeira vez, a vinda de duas parcelas do FEX no mesmo ano, os recursos da repatriação, algumas outras ações de receita e, por outro lado, ainda discutindo com o Governo Federal a possibilidade de durante esse período de crise no País, notoriamente nos próximos dois anos, termos a redução, se não de todas as parcelas do pagamento da dívida pública do Estado de Mato Grosso, mas, principalmente, um período de carência, algo como vacância de dois anos onde pagaríamos... Não amortizaríamos mais a dívida, talvez, só um pouco dos encargos ou a totalidade dos encargos, para não deixarmos esse bolo crescer, também, visando vencer esse período de crise.

O Governo Federal não está simpático a essas medidas, porque, obviamente, cada vez que ele faz uma concessão isso piora o resultado fiscal do Governo Federal, seja porque tem que emitir mais moedas para emprestar aos estados, seja porque vai deixar de entrar dinheiro nos cofres dessas parcelas que os estados pagam à União de sua dívida pública, mas o fato é que alguma saída tem que se achada e esperamos que o Governo Federal rapidamente entenda isso tão logo tenham passado seus pacotes próprios de ajuste.

Tendo feito essa contextualização do cenário, quero pedir a permissão para passar a palavra à Secretaria Adjunta de Orçamento, Sr.^a Roberta, servidora de carreira do Estado de Mato Grosso, Gestora Pública, que liderou a equipe que preparou a Peça Orçamentária. Ela vai explicar, hoje, diversos detalhes dessa concepção.

Quero, mais uma vez, deixar a todos que a Peça Orçamentária é dinâmica. Ela foi concebida no começo do segundo semestre de 2016, tendo em conta o cenário que nós tínhamos à época. De lá para cá muita coisa mudou. O cenário vai se alterando, isso é normal, e os ajustes serão feitos primeiro com emendas que os nobres Deputados já ofereceram ao Projeto de Lei Orçamentário que estão em análise e discussão e, também, durante ano que vem, por meio dos remanejamentos orçamentários que têm previsão legal para acontecerem.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

Então, obviamente, esse é o primeiro retrato. Vamos considerar que esse é um ponto de partida, melhor ponto de partida possível, na opinião da equipe técnica, mas que ano que vem teremos, sim, que fazer ajustes nessas peças orçamentárias ao longo do ano, conforme a crise se abrandar, se acentuar, as receitas melhores ou piores. Isso é da dinâmica do Orçamento anual.

Então, Sr.^a Roberta, quer usar lá? À vontade!

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Só convidar a todos da mesa para tomarem assento nas poltronas da frente para que possamos acompanhar a explanação que será feita pela Dr.^a Roberta.

A SR.^a ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA - Bom dia a todos!

Hoje, vamos apresentar o Projeto de Lei do Orçamento de 2017, os grandes números, os grandes agregados, para que os senhores tenham uma ideia geral do Orçamento que está proposto para ano que vem. Amanhã, na próxima Audiência Pública, a ideia é apresentar os principais programas das áreas prioritárias: saúde, segurança e educação e os próprios Secretários virão e farão a apresentação pessoalmente.

Esta Audiência Pública, como as Audiências Públicas da LOA, está prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal, no Art. 48, falando da transparência que será assegurada por meio das audiências públicas.

O princípio básico do Orçamento, como o Secretário Gustavo já falou, é o equilíbrio. Então, baseados nesse equilíbrio temos que lançar, fixar as despesas de acordo com a previsão das receitas. Foi por isso que ele falou que foi a melhor proposta que os técnicos conseguiram fazer.

As receitas são previstas com base na legislação atual e nas estimativas, nas previsões, por meio dos métodos econométricos. A SEPLAN avançou muito na previsão das receitas. Ela é parceira na SEFAZ na previsão das receitas tributárias do Estado e melhorou muito nessa previsão.

Como o Secretário já falou essa estimativa de receita era subdimensionada. Então, temos uma variação, agora, de previsão para realização por volta de 3%, o que é quase que acertar a previsão que foi dada.

E durante a execução do Orçamento o que estava previsto pode ser alterado. Então, a legislação pode ser alterada. Estamos, agora, na eminência da aprovação de uma PEC que trata do teto de gastos do Governo Federal, o que deve ser estendido aos estados. Então, isso muda a legislação, muda todo o cenário. Estamos na eminência da aprovação de uma reforma tributária que vai mudar a previsão da receita. A tendência é termos excesso de arrecadação. Estamos na eminência, também, da aprovação de uma reforma previdenciária que pode mudar a alíquota do recolhimento da Previdência. Tudo isso altera o que foi previsto para o Orçamento, tanto em relação à receita como à despesa.

Então, o importante do Orçamento é a gestão da execução orçamentária. Isso é o mais importante. Você faz uma previsão baseada em legislação, estimativa, metas econométricas, mas tem que acompanhar o tempo todo a realização da execução desse orçamento para manter o equilíbrio.

Se eu tenho frustração de receita, como aconteceu em 2016, fortemente, que abalou muito a nossa execução orçamentária, eu tenho por obrigação fazer o contingenciamento do orçamento e aí vou adaptando, cobrindo as despesas obrigatórias, em primeiro lugar, depois as essenciais e depois as discricionárias. Então, o orçamento que se faz no Projeto de Lei, você faz uma

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16, MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

previsão, mas o mais importante é o acompanhamento da execução orçamentária para garantir o equilíbrio orçamentário.

Apresentando os grandes números agora: Receita corrente... Nós fizemos um comparativo de 2016 na LOA que foi aprovada. Isso é a LOA inicial, não é o que vai chegar ao fim do ano, mas a LOA inicial. Nós tínhamos uma LOA de receita total líquida de 16 bilhões e 500 milhões e estamos passando para 18 bilhões e 400 milhões, uma variação de 11%, principalmente em relação às receitas de capital, porque em 2016 nós tivemos uma grande frustração das receitas de capital tanto de financiamentos como receitas de convênio.

As transferências federais caíram muito, atrapalharam os nossos investimentos, a execução das nossas políticas e estamos prevendo uma melhoria para o ano que vem.

As Receitas correntes uma variação pequena de 4% e a intra-orçamentária 11,6%.

Aqui embaixo, no gráfico, temos a participação, a maior parcela das receitas correntes, a receita de capital um número um pouco menor e a participação da intra-orçamentário.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - O que é intra-orçamentária?

A SR^a ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA - Intra-orçamentária são receitas que não geram um produto novo, ela sai de uma Secretaria para outra. Por exemplo: pagamento para a IOMAT... Então, elas são previstas nas Secretarias e as Secretarias têm que pagar a publicação de diário oficial. Ela está prevista nas Secretarias e vai para a IOMAT. Ela circula dentro do próprio Poder Executivo.

Outras despesas intra-orçamentárias: CEPROMAT, também, presta serviços para as Secretarias, mas o recurso é do mesmo lugar, sai de uma Secretaria e passa para outra.

Nessa proposta toda de 18,4 bilhões nós temos o orçamento fiscal, seguridade social e de investimento.

No orçamento fiscal estão todos os Poderes, Executivo, Judiciário, Defensoria, gasto no pagamento da dívida pessoal.

Seguridade social, nós temos assistência social, pagamento de aposentadorias, pensões, benefícios, como a área de assistência social e saúde também.

Agora, dividindo em categorias, as despesas correntes, do total de 15 bilhões e 500 - isso é do Estado todo, todos os Poderes, não só do Executivo -, nós dividimos: Pessoal e encargos, 11 bilhões e 600 milhões, com o comprometimento de 63% do total da receita total líquida; juros da dívida, 236 milhões; outras despesas correntes, 3 bilhões e 600 milhões.

Despesa de Capital: investimento, 2 e 200; inversões financeiras, 11 bilhões e 300; amortização da dívida, 358 milhões; reserva de contingência, 265 milhões.

O pessoal e encargos é o que tem mais participação dentro do orçamento do Estado, 63%, aí já está contando dos outros Poderes, também, Legislativo, Judiciário, Ministério Público.

Comparando a LOA 2016, a LOA inicial, com o Projeto de Lei que estamos apresentando para 2017, em relação ao Executivo, as despesas de pessoal estão variando 16,64%. Vocês podem reparar que está bem acima da variação das nossas despesas correntes que são as que pagam o pessoal.

Então, estão previstos 9 bilhões 877 milhões de despesa de pessoal para 2017, sendo 6 bilhões e 200 de ativos e 3 bilhões e 600 de previdência.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

Outros Poderes, 1 bilhão 780 milhões; ativos, 1 bilhão e 500 milhões; previdência, 254 milhões, totalizando 11 bilhões 657 milhões, uma variação total de 14% de pessoal em relação a 2016 inicial.

Em relação a demonstrativo de despesa por Poderes eu tenho uma variação de 11% no total. O Executivo sai de uma LOA de 2016, inicial, de 13 bilhões e 700 milhões para 15 bilhões e 600 milhões, uma variação de 1 bilhão e 800 milhões, 13%. Poder Judiciário, 5%, 5,76; Poder Legislativo, 0,45...

Quero ressaltar aqui que na LOA de 2017 nós fizemos uma proposta de congelar o duodécimo dos Poderes. Então, o mesmo valor de 2016 está proposto para 2017. Essa pequena variação que aí está contando as receitas próprias dos Poderes.

Então, o Ministério Público tem o Fundo, o FUNAMP; a Assembleia Legislativa tem receita própria. Essa pequena variação é só por causa da receita própria. Mas o valor que estava previsto em 2016, 2 bilhões 183 milhões, estamos propondo manter para 2017.

A Defensoria tem uma proposta de manter também. Apesar da Defensoria não ser do mesmo rol dos outros Poderes, ela não é considerada, é considerada Poder Executivo, mas nós vamos entender esse congelamento a ela também.

Então, a participação do Poder Executivo, logicamente, com a porção maior; Tribuna de Justiça, em seguida, com 8%; Assembleia Legislativa, Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado - TCE com 2%; e Defensoria com 1%. Aqui já estamos incluindo a Defensoria, porque estamos estendendo o mesmo tratamento dos outros Poderes a ela.

Despesas por áreas de atuação.

Para termos uma ideia nas principais áreas de atuação do Estado qual é o valor do orçamento que estamos destinando.

Previdência Social, 4 bilhões; Educação/Ciência e Tecnologia, 2 bilhões e 700 milhões; função, Judiciária, Legislativa Essencial à Justiça, que é típica dos Poderes, 2 bilhões 541 milhões; Administração e Encargos Especiais, que entra dívidas, Reserva de Contingência, aí dentro tem 1% de emendas parlamentares, outro 1% para passivos fiscais, riscos fiscais, 2 bilhões 256 milhões; primeira Secretária que vem logo abaixo dessas áreas é a Segurança Pública, com 2 bilhões 127 milhões, mostrando uma prioridade de Governo; logo abaixo, Transporte, Habitação e Urbanismo, 1 bilhão 869 milhões. A melhoria desses valores se dá também por causa dos financiamentos na área da SINFRA que esperamos retomar esses financiamentos. Área de saúde, 1 bilhão 667 milhões; Direito da Cidadania, Trabalho e Assistência Social, Cultura e Lazer, 592 milhões; Agricultura e Organização Agrária, 253 milhões; Indústria, Comércio e Serviços de Energia, 222 milhões; e, por fim, Gestão Ambiental e Saneamento, 156, totalizando 18 bilhões e 429 milhões da Receita total líquida desse orçamento.

Participação por áreas de atuação.

A Previdência Social tem o maior comprometimento, Educação, Judiciário e outros Poderes, Administração, Segurança, Transporte, Saúde e as menores ali em cima.

Agora Tipo de Programa - participação no orçamento do Estado por tipo de programa.

O principal comprometimento é o apoio administrativo, 9 bilhões, que tem a Folha de Pessoal.

É bom ressaltar que nessa Folha de Pessoal tem os servidores que trabalham na área finalística também e, então, não devemos confundir com custeio da máquina, têm médico, professor e enfermeiro. Estamos custeando os serviços que são entregues à população.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

Então, quando se fala: “ah, está crescendo muito o custeio”. Dentro também estão as despesas de pessoal das áreas finalísticas que atendem diretamente à população.

Previdência, Operações Especiais, logo em seguida e aí dentro tem a dívida também, e finalísticas de gestão, que são as políticas mesmo finalísticas, 22%.

Apresentamos os grandes números para vocês terem uma noção dos valores do orçamento, o que está previsto em cada área, em cada grupo de despesa.

A partir de amanhã começa a discriminar por área de atuação as várias prioridades saúde, segurança, educação, os principais programas, onde vocês verão quais vão ser as políticas que vão ser entregues e oferecidas à população nessas áreas.

Obrigada!

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - Deputado, de maneira resumida, para encerrar a parte da apresentação para que possamos nos encaminhar aos questionamentos, faço três registros importantes.

Primeiro está disponível. Nós distribuimos na Audiência Pública e também está disponível no nosso *site* uma peça feita pela equipe da Secretaria de Planejamento, chamado Orçamento Cidadão, tem disponível. Pode baixar no nosso *site*.

É uma tentativa de a Secretaria de Planejamento tornar a peça orçamentária um pouco mais compreensível para o conjunto da sociedade.

Notamos, desde sempre, que há uma dificuldade, principalmente de quem não tem intimidade com a peça orçamentária pública, compreender de onde vem o dinheiro, para onde vai, o que é priorizado e como é construído.

Então, essa peça está disponível.

Se a Assembleia Legislativa precisar de mais exemplares, podemos disponibilizar, mas está no endereço eletrônico da Secretaria de Planejamento.

Segundo registro importante. Como bem disse a Roberta durante sua apresentação, essa peça orçamentária vai sofrer influência de medidas que na maior parte dela vêm do âmbito federal, como políticas de ajustes para fazer enfrentamentos dessa crise econômica e política que acontece no País. Então, embora seja um bom ponto de partida, dada as condições e informações que temos hoje, ela, sem dúvida, no ano que vem terá que sofrer muitos ajustes de maneira muito dinâmica para fazer frente a essa nova realidade que será imposta pelos novos marcos legais.

E, por último, isso já foi anunciado pelo Governador, mas eu queria mais uma vez registrar aqui, o Governador me convidou para, com a saída do Secretário Seneri Paludo, assumir a Secretaria de Fazenda, isso deve acontecer ainda nesta semana, estou encerrando as atividades na Secretaria de Planejamento e o Secretário Guilherme Muller, que está aqui e hoje comanda a Secretaria de Planejamento do Município de Cuiabá, já foi por seis anos Secretário de Planejamento do Estado de Mato Grosso, sem dúvida um quadro bastante qualificado ingressa à equipe do Governador Pedro Taques, estará assumindo. Estamos nessa fase de transição, ele já tem acompanhado algumas reuniões de Governo desde a semana passada, já tem sugerido algumas melhorias e algumas mudanças para fazer o enfrentamento no ano que vem.

O Secretário Guilherme participou, talvez, da última grande crise do Governo do Estado de Mato Grosso, ainda no Governo Dante de Oliveira.

Eu estava conversando com ele um pouco antes aqui, e ele pode ver o mais agudo da crise e o trabalho que foi feito, o resultado que deu pelo enfrentamento para que o Estado saísse dela.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

Então, espero, Secretário Guilherme, que a história se repita mais uma vez para que possamos sair rapidamente dessa crise. Claro que sua contribuição será fundamental e lá da Secretaria de Fazenda vou continuar torcendo para que a Secretaria de Planejamento continue liderando esse ajuste. Isso é muito importante para todos nós, tenham certeza, em melhores mãos do que está atualmente pela qualificação do Secretário Guilherme, por tudo que sabemos da capacidade dele.

Tendo dito isso, estamos à disposição, Deputado, para que o senhor possa fazer as conduções.

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Secretário, apenas para fazer alguns questionamentos, aproveitando que nessas despesas do Poder Executivo, nesse acréscimo de 13,14%, já está previsto, por exemplo, realização de concursos públicos, quais as áreas o Governo deve fazer a realização de concursos públicos, se tem chamamento de novos concursados e quais são as áreas que já estão previstas.

Também a questão da Defensoria Pública, que tivemos uma redução de 2016 para 2017, a previsão é de ter uma redução de 20 milhões.

Estamos hoje em com uma demanda muito forte em todo o Estado quanto à necessidade de mais defensor público, temos várias comarcas que não têm defensor público, e tivemos essa redução.

Se o senhor puder explicar esses questionamentos.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - Começando pelo final, pela questão da Defensoria.

A época da elaboração da Lei Orçamentária, do Projeto de Lei, havia uma tentativa de um acordo com os Poderes para que houvesse uma redução de pelo menos 15% no repasse do duodécimo e isso depois, conforme foi avançando as conversas, se mostrou inviável por parte dos Poderes. Então, já elaboramos a Lei Orçamentária prevendo um congelamento em relação ao ano de 2016 e as discussões com a Defensoria nesse momento ainda não tinham avançado. De lá para cá elas evoluíram, a Defensoria também entra na regra do congelamento e isso está sendo feito através de uma Emenda Parlamentar que já foi negociada com o Poder Executivo e com os Deputados. Então, o orçamento para a Defensoria para o ano de 2017, parte no mesmo valor nominal de ano de 2016, já com essa correção e não mais com a redução em relação a 2016.

Quanto à questão de expansão de gastos de pessoal, esse foi um dos maiores dilemas que enfrentamos na elaboração da peça orçamentária. Por quê? Por dois motivos principais. Primeiro, o Governo Federal sinaliza que pode liberar operações de crédito, liberar recursos para investimentos a Estados que tenham suas finanças relativamente saudáveis. Isso consta de um programa, o Programa de Ajuste Fiscal, que a Secretaria de Fazenda inclusive renegocia neste momento para os próximos anos com o Governo Federal, onde diversos indicadores são medidos: percentual de comprometimento com pessoal em relação a receita total, endividamento, capacidade de pagamento e diversos outros aspectos técnicos que nós teremos prazer de apresentar, aqui, um pouco mais do programa de ajuste fiscal. Em que pese a esse momento de crise e o Governo Federal sinaliza com medidas duras, nós entendemos que para o ano que vem é, sim, possível uma expansão de receitas.

Então, a peça orçamentária foi feita com o limite de pessoal em torno de 53% da RCL projetada, nós trabalhamos neste momento com 03 variáveis importantes: a primeira delas, é que o Governo Federal aceite um pedido dos Governadores para que possa, excepcionalmente

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16, MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

durante esses anos crise, durante os próximos 02 anos, flexibilizar a trava de 49% de despesa com pessoal, prevista na LRF.

Por quê? Isso é sistêmico, todos os Estados, mais de 20 Estados já têm esse problema do teto, os Estados que hoje estão colapsando do ponto de vista das finanças, notoriamente: Rio Grande Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Eles já há algum tempo utilizam medidas, eu diria, um pouco mais arrojadas do ponto de vista contábil ainda dentro da legalidade, mas que acabam reduzindo o percentual explícito de despesa com pessoal, isso é importante dizer, porque o que aconteceu nestes Estados – conversei muito sobre isso com Dr. Raul Veloso, nas duas vezes que ele esteve aqui nas últimas semanas. O que aconteceu? Em vez de atacarem o problema de frente, usaram medidas paliativas, isso aí apareceu, quando o agudo da crise veio, esses Estados já tinham passado do teto ou estavam muito próximo do teto, com a crise estouraram as contas públicas. É importante dizer isso, nós, se por um lado, temos que fazer cumprir as leis que estão aprovadas, por outro há uma trava federal muito séria que é da LRF.

Então, contamos, para o ano que vem, com aporte do Governo Federal ou flexibilização dos limites, com crescimento das receitas próprias do Executivo Estadual, mas também com desdobramento das medidas que o Governo Federal está implantando nos Estados. Há margem para expansão de gasto com pessoal, isso é um fato, mas nós temos que fazer isso dentro dos limites da LRF, observando mensalmente ou bimestralmente – como é a proposta que estamos levando ao Governador – a evolução da receita do Estado e acompanhando as transferências de recursos da União para que nós possamos entender como é que fecha a RCL do ano de 2017, será um processo dinâmico ao longo do ano.

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Eu gostaria de passar a palavra, compondo a mesa, para o Dr. Caio César Buin Zumioti, 2º Subdefensor Público, que neste ato representa a Defensoria Pública do Estado.

O SR. CAIO CÉZAR BUIN ZUMIOTI - Bom dia a todos!

Em nome da Defensoria Pública do Estado, eu gostaria de cumprimentar a todos os presentes e desejar uma boa sorte, competência nós já conhecemos, o Secretário Guilherme Müller.

Sinto-me um pouco mais tranquilo, Deputado, sabendo que a Defensoria Pública foi contemplada também com esse congelamento. O Dr. Djalma fez todo um trabalho de bastidores mostrando os números, não só para os Secretários, mas também para os Deputados e para o Governador Pedro Taques. E hoje a minha presença seria neste sentido também de mostrar... Não vim aqui falar assim: “Olha, todos os órgãos, todos os Poderes têm o seu trabalho, tudo aquilo que desenvolvem, toda a sua importância...” Não vim falar da importância da Defensoria Pública, aqui, para falar: “Olha, mantenha, pelo menos, congelado o orçamento da Defensoria Pública”. Mas mostrar - tenho certeza que o Dr. Djalma já fez isso - que a Defensoria Pública é investimento. Investir na Defensoria Pública é trazer economia para o Estado.

Hoje, o Estado de Mato Grosso, pela Lei de Organização Judiciária do Estado, é dividido em 79 comarcas. E a Defensoria Pública está apenas em 64 delas. Faltam 15 comarcas para nós preenchermos o quadro da Defensoria Pública. Nós encerramos recentemente um concurso para defensor público. O Dr. Djalma, retornando hoje de uma reunião que teve no CONDEGE - Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais, dará posse a alguns defensores públicos para que nós possamos abranger todas as comarcas do Estado e todo o Estado ficar guarnecido do trabalho desenvolvido pela Defensoria.

A nossa Corregedoria fez um trabalho de levantamento junto às comarcas onde não há trabalho realizado pela Defensoria Pública, e os magistrados que elaboram nessas respectivas

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16, MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

comarcas nos trouxeram números gastos com advogados dativos, ou seja, aqueles advogados nomeados para práticas de determinados atos e são pagos pelo Estado por isso. E pelos números levantados junto a Guarantã do Norte, Juína, Jauru, Pedra Preta, Matupá, Aripuanã, Colniza, Nova Canaã do Norte, Novo São Joaquim, Tabaporã, Alto Taquari e Brasnorte, esses são números de 2015, o Estado gastou 08 milhões e 567 mil e 49 reais pagos para advogados dativos. Se esses números fossem revertidos hoje para a Defensoria Pública nós conseguiríamos colocar a mais no quadro 24 Defensores Públicos, mais 24 assessores auxiliando o trabalho para os Defensores Públicos e ainda haveríamos uma pequena sobra de 14 mil reais, quase 15 mil. Então, investir na Defensoria Pública é trazer economia para o Estado.

Todas as nossas atividades-fim são fiscalizadas pela Corregedoria-Geral. Durante os anos que se passaram, houve um aumento no número de Defensores Públicos e, conseqüentemente, o nosso trabalho vem aumentando ainda mais com a crise, agora existe uma grande procura do trabalho da Defensoria Pública. Existe uma parcela da população que não era nosso cliente e que hoje passou a ser nossos clientes, porque o trabalho desenvolvido pela Defensoria Pública é para o cidadão que ganha até 03 salários mínimos considerado individualmente ou até 05 salários mínimos se for considerado em família.

Houve um crescimento de trabalho de Defensoria Pública de 2014 para 2015 na monta de 32%. Todos os atos realizados pela Defensoria Pública no ano de 2015, contando audiência, atendimento ao público, petições, todo trabalho desenvolvido pelos Defensores, são na monta de 257.468 atos.

Quando o Poder Judiciário fixa os valores para os advogados dativos, ele utiliza a tabela de honorários da OAB. Se todo esse trabalho realizado pela Defensoria Pública fosse realizado por advogados dativos, o Estado... Isso, porque nós não estamos em todas as comarcas, considerando só essas comarcas em que a Defensoria Pública atua. O gasto com advogados dativos seria na monta de 385 milhões de reais, e o nosso orçamento se considerar... Isso foi no ano de 2015, mas considerando agora 2017 é de 123 milhões, ou seja, investir na Defensoria Pública é trazer economia para o Estado, que deixa de pagar advogados dativos. E nesse sentido, acredito, só reafirmando as palavras do Dr. Djalma, que vim aqui sensibilizar o Secretário, sensibilizar a Assembleia Legislativa, porque já vejo que esse trabalho foi feito, foi concluído.

Qualquer redução de gasto para a Defensoria Pública traria prejuízos de ordem financeira para o Estado e, digo também, na minha visão, de ordem política.

Prejuízo financeiro, porque, é óbvio, passamos por uma crise, não precisa nem falar sobre ele. Todos querem e vão contribuir para isso. Vejo que não há crise de partido A, nem de partido B, nem de gestor A, nem de gestor B. Se a crise está aí, é culpa de todos nós.

Se o Executivo, executou mal, por que o Legislativo não fiscalizou bem? Por que o Ministério Público não fiscalizou bem? É uma culpa de todos nós. Todos temos que repartir essa culpa e contribuir de alguma forma.

É preciso investir na Defensoria Pública, porque, além de não trazer prejuízo financeiro para o Estado, porque vai gastar menos com advogados dativos, evita o prejuízo político, uma vez que aquele cidadão que votou no Deputado e que está lá naquela comarca de Colniza, Cotriguaçu, Nova Monte Verde vai ser contemplado pelo trabalho da Defensoria Pública.

Gostaria de agradecer o convite. Sucesso a todos!

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Dr. Caio, o senhor tem esse estudo aí. O senhor poderia passá-lo ao Secretário Gustavo, porque ele não tem esses números? É importante que o senhor passe ao Secretário.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

Com a palavra, o Presidente do Sindicato dos Servidores da Saúde, Sr. Oscarlino Alves, que dispõe de três minutos.

O SR. OSCARLINO ALVES DE ARRUDA JUNIOR - Bom dia a todos. Quero cumprimentar o Deputado Sebastião Rezende, que preside a Comissão de Constituição, Justiça e Redação e esta Audiência Pública; o Secretário de Estado de Planejamento, Sr. Gustavo Oliveira; o Sub-Defensor Público, não sei nem se é esse cargo; o Deputado Pedro Satélite; o Deputado Dilmar Dal Bosco; e a Secretária Adjunta de Planejamento, Sr.^a Roberta.

De antemão, parabeno a audácia e a coragem do Deputado Sebastião Rezende, que propôs este ano uma Emenda Parlamentar que tenta dirimir a injustiça praticada contra os servidores públicos do Poder Executivo deste Estado, apenas contra os servidores públicos do Poder Executivo, que estão sem a previsão da nossa Revisão Geral Anual, em meio ao sucateamento da máquina pública, que vivenciamos hoje, nas áreas de segurança pública, educação e saúde.

Quem roda o Estado, como nós, Presidentes de Sindicatos, representantes de movimentos sociais da classe trabalhadora e do cidadão mato-grossense, percebe o completo sucateamento. Claro que houve alguns avanços. Vemos algumas unidades móveis circulando, uniformes novos no dorso de alguns policiais, mas também ainda vemos a cor do PPS nas escolas públicas estaduais do interior, o vermelho e o amarelo, as cores do PPS, porque a última vez que foram reformadas foi no Governo Blairo Maggi, quando ele ainda ocupava cargo de Governador, pelo PPS.

Fazemos um convite: vamos rodar as unidades públicas que estão em completo sucateamento, e os servidores públicos estão virando usuários do sistema. Há cozinhas dentro dos hospitais mal planejadas; e a nutrição caiu de nível, porque alimenta os servidores públicos e os cidadãos mato-grossenses que pagam impostos, então caiu muito o nível de nutrição no serviço prestado dentro dos hospitais regionais, dentro das escolas e na segurança pública. Não vimos avanços ainda nessas situações, mas não vamos questionar os números, porque temos técnicos de alta capacitação que preparam os números e que fazem os estudos, através das técnicas orçamentárias, através das ferramentas. Porém percebemos, Deputado Sebastião Rezende, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que há uma situação truncada neste ano 2016.

O próprio encarte muito bonito que foi preparado para ser entregue à sociedade diz que o Projeto das Leis de Diretrizes Orçamentária precisa estar na Casa em maio. Por que ele só foi discutido nas Audiências Públicas em outubro? Já vemos aí uma disparidade muito grande. Se houve uma discussão, uma previsão... Está aqui a apresentação que não virou lei ainda. Eu deixo um questionamento: Como a Lei de Diretrizes Orçamentária ainda não foi votada, ainda está em discussão na Casa e nós já começamos a discutir a Lei Orçamentária Anual? E há rumores de que, ouvimos dos técnicos da área de saúde pública e dos demais colegas, o plano de trabalho anual, que é oriundo da LOA, que não virou lei ainda, já está pronto, já está sendo discutido! Já está pronto o plano de trabalho anual de 2017 com um teto orçamentário, através de uma lei orçamentária!

Está aqui: Projeto de Lei de Diretrizes orçamentária/2017.

“Objetivo geral.

Apresentar à sociedade as diretrizes orçamentárias que nortearão a elaboração e a execução do Orçamento de 2017, através da exposição resumida dos principais aspectos do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Da transparência da Gestão Fiscal

Art. 48...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

Parágrafo único A transparência será assegurada também mediante a participação popular e realização de Audiências Públicas durante o processo de elaboração dos Planos, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamentos. ”

Eu pergunto: Cadê a sociedade presente aqui para podermos discutir? A discussão se torna inócua. A Casa de Leis admitiu seu erro, agora em outubro, no dia 20 de outubro, especificamente na segunda Audiência Pública do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, pelo Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, ao confirmar que não foi feito o convite à sociedade.

Antigamente, no Governo passado, com toda a roubalheira que acontecia, não existia esse receio de dar transparência. Nós víamos *outdoors* convidando a sociedade para participar das Audiências Públicas e víamos propaganda na televisão. O que vemos hoje na televisão? Vemos propaganda do Tribunal de Contas falando das suas atribuições e propaganda da Assembleia Legislativa falando que fez com responsabilidade a administração do orçamento público, porque sobrou dinheiro para comprar ambulâncias para a saúde. Nos *outdoors* espalhados pela cidade, caríssima essa propaganda, vemos só propaganda de Parlamento-Mirim. Cadê o convite para a sociedade participar desta discussão aqui?

Então hoje não vamos questionar os números. Vamos aguardar amanhã, quando serão apresentados, porque queremos ver com transparência como vai ser administrada essa situação dos salários que serão pagos e como vão ser aplicados 1 bilhão e 600 milhões de reais na saúde.

Eu sou Conselheiro Estadual de Saúde e ocupo um posto de titular no Conselho Estadual de Saúde. Nós temos que olhar para o Governo atual. O que passou, passou, ficou no retrovisor. Os indicadores de performance de saúde só têm piorado!

Nós tivemos uma reunião ordinária do Conselho Estadual de Saúde há poucos dias, porém o Secretário não esteve presente na apresentação. O Orlando, que é Conselheiro, representando a Secretaria de Educação estava lá. Os indicadores de performance estão só piorando!

Nós não queremos RGA e salário em dia apenas. Nós queremos condições dignas de trabalho e que a sociedade mato-grossense seja atendida com dignidade e qualidade também. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Com a palavra, o Sr. Orlando Francisco, Diretor Financeiro do SINTEP.

O SR. ORLANDO FRANCISCO - Cumprimento a mesa, na pessoa do Deputado Sebastião Rezende, senhoras e senhores, bom dia!

Acho que, resumindo um pouco da Audiência, aquilo que atinge nós servidores públicos e há vários membros do Fórum Sindical, conforme o companheiro Oscarlino colocou aqui...

A peça orçamentária, Deputado, dentro do que o Estado de Mato Grosso preza e fala sobre transformação, o Estado de transformação, o Estado das inovações e do direito público democrático, realmente, não tem consistência. Embora a LOA não esteja pronta ainda, uma projeção da LOA, mas, por exemplo, os 2,5 bilhões para a educação, 1,6 bilhões para a saúde... Em nenhum momento, a LOA prevê a compensação das isenções fiscais, principalmente, para essas duas áreas que são de relevância pública. O Estado de transformação e das inovações, defendido como Estado de direito público e democrático, em nenhum momento prevê na LOA a compensação das isenções fiscais, principalmente, para essas... Na realidade, seriam três áreas: segurança, saúde e educação, a compensação desses recursos. A cada um real concedido com isenção, tem que ter o retorno do

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16, MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

mínimo, no caso da educação, pelo menos o mínimo de 25%, no caso da saúde, também o mínimo de 12%.

A outra questão, Deputado Sebastião Rezende, é sobre o que Vossa Excelência levantou com relação à realização do concurso público.

Sabemos que o concurso público vem também das inscrições, se temos lá cinquenta mil, cem mil em inscrições, também já é uma receita pública, mas tem que estar previsto o orçamento da realização do concurso público e, conseqüentemente, seu provimento. Porque vai ser a mesma resposta de sempre, não está previsto na LOA, não pode dar o provimento do cargo. Não está previsto na LOA, não dá seqüência, não só da realização do concurso público, mas também das suas... Da seqüência do que tem feito, realizado.

No caso da educação, não temos o espelho ainda com relação ao número de cargos para a realização do concurso público, embora esteja sendo divulgado que vai ser feita a realização do concurso público. O que temos é um número de CPF dos contratos, isso para nós também não é consistente.

Para encerrar, quero dizer o seguinte: o que se mostra com relação, principalmente, à pasta da educação e à pasta da saúde - temos acompanhado pela educação e enquanto membro representante do Sintep, no segmento usuário da saúde - é a falta do detalhamento nesse conflito de receita e custeio. E estamos falando disso desde janeiro de 2015, desse Governo. Há um conflito, porque no caso da receita da saúde, da receita da educação, tem também a receita que é, principalmente, dos aposentados e pensionistas, porque só aparece como custeio na LOA. O aposentado paga por meio do teto e o ativo paga o valor integral.

São dados que precisam ter consistência para que possamos acompanhar mais de perto e levar ao conhecimento público aquilo que não é dado ao servidor, não é dado à sociedade como transparência e já está colocado na LOA de 2017. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Passo a palavra, agora, ao Presidente da Associação dos Docentes da UNEMAT, Domingos Sávio da Cunha Garcia.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DA CUNHA GARCIA - Bom dia, Deputado Sebastião Rezende, em nome do qual cumprimento os demais membros da mesa. Bom dia, aos presentes.

As minhas questões, para os representantes do Poder Executivo presente, são as seguintes:

Em primeiro lugar, quero fazer um rápido comentário com relação à afirmação feita pelo Secretário Gustavo de Oliveira de que os próximos dois anos serão anos de crise - segundo as palavras dele. Se são dois anos de crise, significa que até o final do atual Governo Estadual e do Governo Federal serão anos de crise.

Portanto, nós trabalhadores do serviço público e a população em geral de Mato Grosso vamos sofrer as conseqüências de uma crise sobre a qual não temos responsabilidade. E, evidentemente, que a crise acaba rebatendo no orçamento. Nós sabemos que o orçamento é a tradução, em números, de uma determinada orientação política, e como se enfrenta essa crise corresponde a uma política que serve a, b ou c. E nós sabemos que, em geral, os governos não têm privilegiado os interesses da população e do povo nos seus orçamentos.

Então, quero questionar os representantes do Governo com relação ao seguinte: foi dito aqui que o orçamento da previdência é cerca de quatro bilhões e costumeiramente há um mecanismo de embolar o orçamento da seguridade social como representando a previdência.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

Então, eu gostaria que fosse separado aquilo que é orçamento da seguridade social e o orçamento da previdência social. Essa é uma questão.

A segunda é a seguinte: há no orçamento do Estado a previsão do *superávit* nominal? Segunda, há previsão de *superávit* primário? Porque nós sabemos que daí decorre uma das questões que costumam embolar a cabeça das pessoas, que é o dinheiro para o pagamento da dívida em cima do qual ... Por exemplo, hoje, o Governo Federal está votando a PEC 55 e o Governo atual do Estado de Mato Grosso está se comprometendo a fazer a PEC 55 do Estado de Mato Grosso. (PALMAS)

Então, eu gostaria de saber dessa questão. A terceira diz respeito a despesas com pessoal. Concretamente, no orçamento do Estado, qual é o percentual que é destinado à reposição das perdas inflacionárias de 2016? Está previsto ou não? Quanto, em termo percentual?

E, para terminar, uma quarta questão que diz respeito, especificamente, à Universidade do Estado de Mato Grosso. Há uma dívida do Governo do Estado com a UNEMAT, reconhecida pelo Governador Pedro Taques, de setenta milhões de reais. Então, minha pergunta é: a quitação dessa dívida tão necessária para a solução de problemas de infraestrutura da UNEMAT está prevista no Orçamento ou não?

Eram essas as questões que eu gostaria de fazer.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Vamos passar a palavra, agora, ao último inscrito, o Assessor Parlamentar do Gabinete do Deputado Valdir Barranco, Sr. Alisson Ferreira de Oliveira.

O SR. ALISSON FERREIRA DE OLIVEIRA - Bom dia a todos!

Neste primeiro momento, não quero questionar os números. Vou deixar para questionar amanhã, mas nós temos visto que no Projeto de Lei Orçamentário a tendência que o Governo do Estado está adotando é de desprestigiar algumas categorias, assim como área de saúde, educação e regularização fundiária.

O meu grande questionamento é o seguinte...

Está previsto na Lei Orçamentária do ano de 2016 a regularização fundiária urbana e rural e fizemos um levantamento, eu, especificamente, fui ao INTERMAT, estive com o Sr. Fausto e este ano não conseguiu entregar nenhum título, dos 116 imóveis que seriam titulados não foi entregue nenhum título. E na Lei Orçamentária de 2107 está prevista a entrega de 1.500 títulos urbanos e 500 títulos rurais.

O meu questionamento é o seguinte: a Lei Orçamentária já não está por área nesse sentido de prevê uma coisa que o Governo do Estado não vai conseguir cumprir, tendo em vista que 116 imóveis não conseguiram ser entregues e para 2017 colocar um valor de 1.500, coisa que o Governo do Estado não tem capacidade ou não quer realizar?

Vemos que a tendência do Governo do Estado é não priorizar a agricultura familiar e a regularização fundiária, tanto urbana como rural.

Era isso! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Com a palavra o nobre Deputado Pedro Satélite.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Bom dia a todos!

Deputado, a pergunta que eu gostaria de fazer a Vossa Excelência já foi colocada em parte.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16, MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

O Orçamento de 2017 para a agricultura familiar era de R\$28.000.000,00 (vinte e oito milhões) e este ano caiu para R\$13.000.000,00 (treze milhões). Eu acho que teria que ser revisto, se isso é possível, porque a agricultura familiar está na mesma pasta do INTERMAT, sendo que o INTERMAT pode se tornar um grande arrecadador de recursos para o Estado. Para se ter uma ideia só da Gleba Maicá, se liberarmos os títulos, porque lá não está faltando mais nada, o Estado poderá arrecadar em torno de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões) a R\$300.000.000,00 (trezentos milhões). Então, deixaremos de arrecadar por falta de dinheiro para manter a máquina em pé para fazer esse trabalho.

Outra questão é sobre o equilíbrio na distribuição do Orçamento e para dar o exemplo na previsão da LOA cito a Secretaria de Cidades.

Para a Região Sul estão previstos para pavimentação urbana, aproximadamente, R\$16.000.000,00 (dezesesseis milhões de reais), que é pouco, e para o restante, para a Região Norte do Estado, estão previstos, apenas, R\$200.000,00 (duzentos mil reais).

A pergunta que eu faço é: há como remanejar o recurso da Região Sul, Deputado Sebastião Rezende, que tem bastante dinheiro, para levar lá para o Norte, para Peixoto de Azevedo, que o povo é mais pobre? Há como remanejar nesse caso? Estão previstos na LOA R\$16.000.000,00 (dezesesseis milhões) para a Região Sul e, apenas, R\$200.000,00 (duzentos mil reais) para a Região Norte que não dá para fazer um quilômetro de asfalto urbano.

Eu gostaria que o senhor respondesse essa pergunta para...

(O SR. PRESIDENTE, DEPUTADO SEBASTIÃO REZENDE, DIALOGA COM O DEPUTADO PEDRO SATÉLITE FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. PEDRO SATÉLITE - Não, mas R\$200.000,00 (duzentos mil reais) não dá para fazer nada. É melhor deixar zero, então, porque...

(O SR. PRESIDENTE, DEPUTADO SEBASTIÃO REZENDE, DIALOGA COM O DEPUTADO PEDRO SATÉLITE FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. PEDRO SATÉLITE - Não, fala que na LOA consta para a Região Sul R\$16.000.000,00 (dezesesseis milhões), que acho que é pouco dinheiro, também. Está entendendo?

Mas a pergunta que eu faço...

Vamos supor que consigamos um recurso por meio da Secretaria de Cidades, porque com R\$200.000,00 não dá para pleitear nada, porque com R\$200.000,00 reais nem um quilômetro de asfalto dá para fazer.

Só esse questionamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Eu passo a palavra, agora, ao Secretário Gustavo que vai responder a todos os questionamentos feitos.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - Eu vou tentar responder a todas as perguntas que foram colocadas para que possamos entender.

No contexto geral, depois de distribuídas as vinculações orçamentárias sobra para o Poder Executivo, como ato discricionário do Poder Executivo, distribuir cerca de 11 a 12% do total da Receita. Temos as vinculações constitucionais. Por exemplo, do que se arrecada de ICMS 25% vão para os municípios; mais 25,5% para a educação; 12% para a saúde. Vamos denominar assim, é um consenso, são áreas protegidas. Elas têm uma dotação orçamentária protegida, garantida, inclusive na Constituição Federal Brasileira.

Então, qual é o desafio em tempo de crise? Dada uma receita, é conseguir entregar mais resultado à sociedade dentro do Orçamento disponível que está determinado por essa proteção orçamentária que já existe.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

Aqui em Mato Grosso, também, é o caso da UNEMAT. Ela tem uma proteção orçamentária importante, tem uma vinculação orçamentária importante, que faz com que esse recurso esteja disponível à UNEMAT.

Então, dos gestores dessa pasta o que o Poder Executivo, objetivamente, cobra é mais *performance* com o recurso disponível, porque são áreas que estão orçamentariamente e financeiramente protegidas. É isso que estamos buscando!

Mas, obviamente, estão protegidas, principalmente, para o seu custeio e o Oscarlino, o Presidente Oscarlino disse muito bem: nós notamos uma deterioração das estruturas, principalmente dos prédios públicos. Por que isso acontece? Porque não há na técnica de investimento do Poder Público brasileiro uma previsão de gasto dos próximos anos para a manutenção dessas estruturas. O que entendemos como isso? Vou dar um exemplo aqui que todos vão entender. O sujeito vai e constrói uma casa e tem que anualmente gastar algum recurso na manutenção predial dessa casa, desse edifício que ele construiu. A boa técnica de preservação de edificações diz que esse valor está em torno de 5% do total investido na construção.

Então, o ideal seria que orçamentariamente quando alguém fizesse uma previsão de construir uma nova unidade de saúde, vamos dizer, um hospital, que custasse a obra física R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), que reservasse por ano algo como R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) de reais para fazer a manutenção disso. Obviamente, isso não é feito! Sabemos que os investimentos no setor público não são feitos. Talvez, o maior exemplo disso seja as rodovias. Pela primeira vez esse Governo propôs um programa agressivo de manutenção de rodovias focado, inclusive, nas rodovias que acabaram de ser construídos para evitar a deterioração delas. O que acontece? O Poder Público vai lá, recupera uma rodovia, aquela rodovia está considerada em ótimo, bom estado, vira de costas, vai cuidar de outra que está em pior estado e larga aquela. Quando volta, daqui a quatro, cinco anos, a manutenção não foi feita, aquele investimento que era para durar dez, quinze, às vezes vinte anos, está destruído, sucateado, porque não teve algo como 5% do seu valor investido na sua conservação.

Então, essa observação é importante para que possamos entender que é necessário, além da política pública de construção e de reforma das unidades, que tenhamos garantia orçamentária para manutenção e conservação dessas unidades. Isso equivaleria a 5% dos ativos imobiliários do Estado.

O SR. SEBASTÃO REZENDE – Quero convidar o Deputado Valdir Barranco para fazer parte da mesa.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - Daí a importância de nós acessarmos as operações de crédito, vamos chamar de verba carimbada para investimento, para que possamos fazer esse enfrentamento de melhoria das estruturas públicas.

Quanto à questão do superávit, sim, obviamente, nós vamos ter superávit primário. Nós temos compromisso da dívida. Se há algo que é rígido no orçamento são as despesas de pessoal dentro dos limites impostos pela LRF e as parcelas da dívida, porque a União tem a prerrogativa de, se o Estado não honrar as parcelas dessa dívida, reter esses valores. Notoriamente faz isso, reduzindo repasse do FPE. E mesmo as operações, como é o caso da dívida dolarizada do Estado de Mato Grosso, onde o credor não é a União, é avalista, se o Estado não paga qualquer das duas parcelas, por exemplo, da dívida internacional com o *Bank of America*... O que quase aconteceu agora na última parcela, no mês de setembro, houve uma decisão judicial em cima de um pedido do Ministério Público Estadual pedindo que o Estado não pagasse isso. O Estado fez esse depósito em

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16, MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

juízo para que a União pudesse acessar o recurso, porque se isso não é feito a União vai e confisca valores do Estado. Alguns Estados brasileiros já estão sofrendo esse tipo de penalidade.

Então, se nós vamos gerar superávit primário? Sim, porque nós temos que pagar a dívida. Esse é um fato.

Como é que se gera esse superávit primário? Economizando no custeio, porque a outra despesa, que é pessoal, é incompressível, você não pode no Poder Público, salvo os casos raros previstos em acessão, fazer demissão; você não pode fazer redução de salário nem com redução de jornada. Então, a alternativa que sobra é reduzir o custeio. Em que pese há uma massa de servidores que vão migrar dos ativos para os inativos. Isso acontece todo ano com as aposentadorias. Essa mobilidade é um fato. E também nos preocupa essa mobilidade.

Na semana passada eu tive uma reunião com a Receita Federal para que eles nos embolsem, por exemplo, sobre os inativos de Mato Grosso do Sul, e aí já entro na questão previdenciária.

Todos nós sabemos que o financiamento da Previdência do Brasil é tripartite, o empregado paga uma parte; o empregador paga outra e o Governo Federal, os Governos estaduais complementam o que falta.

No ano que vem há uma previsão de que 700 milhões de reais do Tesouro, eu vou repetir, 700 milhões de reais do Tesouro sejam aportados na Previdência Estadual. Isso é papel do Estado.

Não há que se falar que o Estado não deva fazer isso com o servidor que trabalhou a vida inteira. O problema que se apresenta é que nos Estados, onde a crise financeira pegou mais forte, o Tesouro estadual não tem mais a capacidade de aportar esses recursos na Previdência.

Então, eu quero, com muito respeito, dizer objetivamente a todos vocês, que são Presidentes de Sindicato, que defendem categorias importantes do funcionalismo: nós temos que resolver esse problema da Previdência do servidor público. Isso é uma agenda importante. Ela ainda não é uma agenda urgente. Nós podemos trabalhar com boas fórmulas para resolver isso.

Eu tenho dito isso já em algumas entrevistas. Nós temos que debruçar e entender. Já tem uma Comissão liderada pela Secretaria de Gestão entendendo esse problema para que a Previdência Pública do Estado de Mato Grosso não fique à mercê da disponibilidade dos recursos do Tesouro. Essa crise vai passar. Não sou eu que digo que essa crise dure mais dois anos. Pelo menos, não sou eu sozinho, há diversos indicadores aí e diversos especialistas nacionais que dizem que ano que vem deve começar a melhorar para 2018 a inflação voltar para o centro da meta, o crescimento voltar a acontecer.

O Governo Federal está estudando para o ano que vem um pacote anticíclico para fazer alguma aceleração econômica, mas o fato é que acendeu uma grande luz amarela e quase vermelha, onde se o Tesouro não tivesse condições de aportar esses 700 milhões de reais para cumprir os pagamentos da Previdência dos servidores do Estado, nós teríamos algo aqui, por exemplo, como está acontecendo no Rio de Janeiro, onde os aposentados dos serviços públicos receberam... A minha avó é pensionista do Tribunal de Justiça do Rio Janeiro, eu já disse isso, e recebeu sete parcelas das treze que ela teria direito este ano. Como ela, que felizmente tem uma família com condições de dar suporte, porque ela compra medicamentos, tem doenças importantes, tem um custo de vida elevado por conta disso, há colegas dela, servidoras aposentadas, que sequer conseguem comprar os remédios para sobreviver.

Então, isso é um problema. Eu não quero polemizar a questão. Penso que com tempo e com calma nós podemos estruturar soluções interessantes como, por exemplo, a

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16, MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

transferência de alguns ativos que hoje já não fazem sentido para o Executivo, eles já não são estruturas que atendem a população, mas tem, por exemplo, o grande valor de mercado, mas podem ser alugados, alienados à iniciativa privada, enfim, transformar-se em um fundo de renda para o próprio fundo de aposentadoria dos servidores, como existe a PREVI do Banco do Brasil, os fundos de pensão.

Nós temos que nos debruçar sobre esse problema. Eu já conversei sobre isso com o Governador. É uma agenda que nós queremos fazer o ano que vem, porque as soluções que estão aparecendo nos Estados que estão com a crise mais aguda, desculpem, a palavra é um pouco forte, mas elas são estapafúrdias. Você num momento de crise acreditar que vai poder levar a contribuição dos servidores de 11 para 30%, como propôs o Rio de Janeiro, não tem viabilidade política e nem econômica nenhuma. Isso é um fato. Ainda mais se nós continuarmos taxando os aposentados e inativos.

Como é que um sujeito que não tem perspectiva de se aposentar de novo, ele já é um inativo, vai fazer uma contribuição de 30% para o previdenciário?

Senhores, essa é a questão mais urgente, porque se não resolvermos agora, isso vai estourar daqui alguns anos. O *déficit* da Previdência só faz crescer e o Executivo está empenhado. No primeiro semestre do ano que vem nós devemos encaminhar algumas propostas para a discussão com calma, não é uma urgência, mas nós temos que discutir isso com calma com a sociedade.

E quanto à questão da abertura dos números da Previdência, eu já pedi à equipe, nós vamos trazer isso na Audiência de amanhã, aqui, para que possamos mostrar como é financiada a Previdência estadual, quanto é do empregado, quanto é do empregador, quanto tem de aporte do recurso do tesouro, acho que é importante.

Isso, obviamente, inflama a discussão na sociedade. A hora que a sociedade entende que esses 700 milhões ao invés de irem para políticas públicas, para atendimento a estrutura de saúde hoje, há tantas outras demandas que a sociedade tem, ela está indo para um fundo de previdência, mas, permita-me, eu entendo que vocês têm razão em pedir, nós temos que fazer esse enfrentamento, essa discussão. Não dá mais para ficar embolando a conta, como vocês mesmo disseram aqui, fingindo que não existe esse problema. Nós vamos explicitar esse problema amanhã.

Roberta, por favor, traga e vamos explicitar. Eu acho que sem o reconhecimento de que há um problema não tem como avançar para uma solução.

Sobre o caso específico do 70 milhões da UNEMAT, não conheço o caso, vou procurar me inteirar dele até amanhã para dar uma resposta no melhor tempo possível.

Quanto aos limites de crescimento, de novo: há algo como 700 milhões de reais de margem de expansão de gasto de pessoal para o ano que vem previstos na Lei Orçamentária. Realmente dentro dos 700 milhões é muito difícil conseguir acomodar a progressão das leis de carreiras, que já estão garantidas e é um direito do servidor; e o RGA 2017, que é o próprio crescimento vegetativo da folha, que cresce em torno de 5 a 6 milhões de reais todo mês - é um relógio isso, toda todo mês vai tendo isso.

Penso que temos que discutir isso também. Se não for possível aumentar essa margem de expansão, qual é o caminho que, claro, toda a sociedade tem que discutir isso, mas qual é o caminho que os próprios servidores entendem como o mais razoável nesse período de crise? Estourar o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal? Não me parece que o Governo Federal quer flexibilizar isso, mas podemos entender. Ter aporte do Tesouro Nacional do Estado para fazer frente a esse enfrentamento da crise? Tentamos. Mas o Tesouro Nacional não quer aumentar o déficit. Ele

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16, MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

já tem um déficit de 170 bilhões projetados para este ano e não quer aumentar esse financiamento de déficit. Ele nos diz o contrário: “olha, a política nossa é frear, não é autorizar o crescimento”.

Mas temos que discutir isso com a sociedade e, obviamente, com os servidores e com sindicatos que os representa.

Se não for possível acomodar tudo, qual é a prioridade? As leis de carreira que já estão postas, ou elas podem ser postergadas durante a crise por um ou dois anos até que a receita cresça e vamos priorizar o RGA? Essa é uma discussão que podemos fazer.

Acho que o RGA é para todos, é a reposição da inflação.

Se me perguntassem, como gestor, qual seria a prioridade, a minha prioridade seria priorizar a reposição, que é para todos, que é uma reposição inflacionária, em detrimento, e talvez prorrogar algumas leis de carreira, que, eu sei, tem uma expectativa real de crescimento agora, mas as crises são isso, são períodos em que temos perdas e os períodos de crescimento econômico são períodos em que temos avanços.

Recentemente diversas categorias tiveram avanços importantes, mas acho que isso é tema de um debate específico que temos que fazer. Com toda sinceridade e honestidade não quero antecipar e trazer isso para dentro da discussão da peça orçamentária.

Dentro da peça orçamentária, o que podemos dizer é que dentro dos limites temos essa margem, ela não nos parece suficiente para tudo e vamos ter que discutir com a sociedade e com os servidores o que é possível fazer.

Penso ter coberto todos os itens. Se faltou algum, peço desculpas.

(PARTICIPANTE DA PLATEIA SE MANIFESTA – INAUDÍVEL.)

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - Desculpa! Sobre remanejamento.

Deputado, estamos tendo algumas reuniões importantes com o Governador, entendemos que tem espaço, principalmente dentro das operações de crédito que estamos fazendo para que possa ser desenhado um programa importante de pavimentação urbana, o Secretário Wilson Santos já está elaborando essa proposta para levar para o Executivo.

Realmente, o remanejamento orçamentário não vai atender ninguém contento. O que nós precisamos é buscar dinheiro novo, como eu digo a ele, ele já está fazendo essa interlocução com o Ministério das Cidades, já tem feito algumas conversas com Governador dentro do Executivo, a nossa expectativa é que nós possamos dar uma resposta a isso já no começo do ano que vem com programa robusto de pavimentação urbana, esse é um pedido de todos os prefeitos que foram eleitos.

O Sr. Pedro Satélite – Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) – Com a palavra, pela Ordem, Deputado Pedro Satélite.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Gustavo, eu sei que o orçamento vem enxuto, discutido, vem com números fechados e dificilmente, Deputado Sebastião Rezende, nós conseguimos mudar alguma coisa. Isso não é desse Governo. Em todos os governos foram assim: o que vem de lá dificilmente conseguimos mudar - e eu já estou aqui há vinte e tantos anos.

Mas eu gostaria de pedir, Gustavo, a possibilidade, na questão da agricultura familiar, o Deputado Valdir Barranco também questiona isso, porque neste ano 2016 nós tínhamos um orçamento de 28 milhões e este ano caiu para 13 milhões. Acho que essa é uma área que teria que melhorar um pouquinho.

A pergunta que eu faço é: qual é a possibilidade de fazermos essa mudança neste ano?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - Podemos fazer isso na própria peça orçamentária, mas, mais do que isso Deputado, é importante nos sentarmos com o Presidente do INTERMAT - e os senhores Deputados têm toda legitimidade e podem fazer isso pela Casa Civil - para que ele possa detalhar aos senhores algumas estratégias que desenhamos, eu inclusive os apoiei em uma dessas iniciativas, para buscar recursos extraorçamentário, fora do orçamento do Governo, para essas políticas públicas.

Sendo bem específico, dentro da estratégia PCI-Programa Conservar e Incluir, um compromisso que o Governo do Estado assumiu pela primeira vez de redução agressiva de emissão de carbono, regularização fundiária, de fortalecimento da agricultura familiar, geração de emprego verdes e tantas outros, alias, é até um desejo do Executivo que possamos ano que vem abrir o ano apresentando a estratégia PCI nesta Casa de Leis, e temos apoio de organismos internacionais que querem colocar dinheiro para regularização fundiária. Isso obviamente depende de algumas tratativas do Executivo com esses entes, mas eles fazem parte da governança do Projeto PCI. Nós já apresentamos na última reunião da estratégia PCI os benefícios dessa regularização fundiária para o desenvolvimento da agricultura familiar para a geração de empregos verdes, formalização de empregos no campo e assentamentos. Isso o INTERMAT está desenhando junto com a Secretaria de Agricultura Familiar dentro da estratégia PCI.

Eu quero crer que no ano que vem poderemos ter uma boa previsão de aporte de recurso para isso fora do orçamento. Aliás, essa é uma diretriz que temos passado a todos os gestores.

Existe no mundo hoje uma liquidez muito grande, especialmente de recursos que podem ser aportados em projetos importantes para a sociedade de Mato Grosso, não só na área social, na área verde, mas também na infraestrutura. Nós precisamos fazer essa aproximação e buscar esses recursos, preferencialmente sem ônus ao Tesouro, a fundo perdido, para que possamos fazer enfrentamento. Estamos fazendo isso com o BID, com organismos internacionais e tantos outros.

Vamos ter prazer em apresentar isso no começo do ano que vem, mas podemos já fazer essa reunião com o Presidente do INTERMAT, com Secretário de Assuntos de Agricultura Familiar e com a Casa Civil. Estamos à disposição para fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Com a palavra, o nobre Deputado Valdir Barranco.

O SR. VALDIR BARRANCO - Quero cumprimentar aqui os Deputados Sebastião Rezende, Pedro Satélite, o Secretário Gustavo, todos os presentes, representantes das mais diversas categorias dos servidores públicos do Estado de Mato Grosso.

Quero dizer que cada vez que venho para uma Audiência Pública, e isso desde que eu era Prefeito e acompanhava, sempre tive a preocupação e a sensação de que muitas vezes as Audiências Públicas são feitas mais para dar uma conotação de que se cumpriu com aquilo que tem uma devida exigência, porque na maioria das vezes aquilo que se ouve e se colhe das Audiências Públicas não são levados para dentro do escopo dos processos.

Eu tenho me questionado esses dias em que tenho acompanhado a luta, principalmente dos servidores públicos, que estão lutando por algo que eles nem deveriam estar lutando. A questão da RGA é absolutamente uma obrigação do Estado, que já se constituiu em lei, e o Governo do Estado teria que apenas cumprir com isso.

Os servidores deveriam hoje lutar por outras motivações, por outras conquistas, por outras bandeiras, pela ampliação dos seus direitos, pelo avanço na progressão das suas carreiras,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16, MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

e aí acompanhei de fora – porque ainda não tinha tomado posse aqui nesta Casa – toda a luta deles pela garantia da RGA, que foi feito durante este ano, e agora já estou vendo que nós teremos que vê-los novamente organizados, eu acho que essa organização também é salutar, para lutar mais uma vez pela RGA.

Na última semana, nós tivemos a oportunidade de aprovar, aqui nesta Casa de Leis, a LDO. Havia já um acordo com o Governo para que fosse aprovado e depois o Líder do Governo voltou atrás e aí nós... Por conta da RGA. Estou citando apenas a RGA. Nós podemos avançar para outras situações, por exemplo, Secretário Gustavo, eu que milito bastante também nessa situação da agricultura familiar e já estive no INTERMAT há alguns dias tratando com o Dr. Fausto, e depois o recebemos aqui juntamente com o Presidente do Sindicato para tratar das preocupações do INTERMAT com relação ao orçamento do ano de 2017.

A Fonte 100 de 2017 está prevendo um orçamento de 92.000 reais para despesas de manutenção do ano de 2017, isso dá 7.000 por mês, mais ou menos isso, não dá para pagar nem a conta de energia. Como nós cobraremos para que haja avanço nas políticas da agricultura familiar se nós vemos que não há condições sequer de dar manutenção ao prédio?

Nós temos um Estado que tem 122 projetos de assentamentos, e aí às vezes ouço o Governo do Estado ou os Deputados da base dizendo que é preciso que o INCRA repasse assentamentos do Governo Federal para o Estado, que mostrará como é que faz titulação. Mas como fará titulação dos assentamentos do INCRA, que são assentamentos muito maiores, se não dá conta sequer de fazer dos 122 assentamentos que são de competência do Governo do Estado. Na Secretaria de Agricultura, se nós pegarmos o ano de 2014, que foi o último ano do Governo anterior, tivemos lá, salvo engano, 217 milhões para a Secretaria.

Agora, teremos para 2017, 03 anos depois, 100 milhões. Então se há 03 anos, as políticas públicas da Agricultura Familiar, incluso todas as Secretarias que são apêndices da Agricultura Familiar, já eram insuficientes e não redundavam, não havia nenhuma política que chegasse até as suas bases. A população não foi capaz, há 03 anos, com 217 milhões de sentir os efeitos das políticas públicas, imagina se no ano que vem sentirão.

Às vezes, tenho pena da nossa população rural, que sofre sob o sol causticante do Estado de Mato Grosso, sob as intensas chuvas, sob as condições mais difíceis e que agora temos vivido dias de intensa penumbra.

Não bastasse a falta de investimento do Governo do Estado, ainda vemos agora os direitos deles sendo tolhidos por meio da reforma previdenciária que tem se apresentado no Congresso Nacional e que retirará direito de todos, da iniciativa privada, da iniciativa pública, mas principalmente do trabalhador rural, nem a Ditadura Militar foi capaz de aplicar-lhe golpe tão voraz que agora sofrerão, de repente, até com a perda das suas aposentadorias.

Fico me perguntando, o Governador Pedro Taques foi candidato em 2014 e fez uma campanha por todo o Estado de Mato Grosso e os servidores do Estado, por exemplo, isso aplica a todos os demais públicos e eleitorados do Estado de Mato Grosso, mas os servidores públicos do Estado de Mato Grosso tiveram a oportunidade de fazer a avaliação do seu programa de Governo e tiveram a oportunidade de ouvi-lo ao longo da pré-campanha, da campanha, tenho a absoluta certeza de que ele nunca falou para eles que seria um Governo, um Governador que lhes retiraria direitos, que não honraria com a RGA.

Se ele fosse honesto na campanha, teria falado para eles, “olha, se apresentará ao País uma crise profunda, que já está desde 2008 e 2009 rondando o Brasil e pode ser que eu, como Governador, tenha que tomar medidas muito sérias, não possa honrar com os compromissos da

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16, MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

RGA, não possa pagar os seus aumentos que estão previstos nas suas carreiras, não possa fazer os investimentos que o Estado de Mato Grosso precisa e que todos, principalmente vocês servidores, terão que pagar o preço dessa crise”. E a todos os demais setores, ele deveria ter falado isso.

Mas eu acredito, não acompanhei a campanha do Governador Pedro Taques e também não carrego comigo esse peso que hoje eu vejo por onde eu ando, já andei por mais de 80 Municípios desde o dia 21 de setembro, quando tomei posse nesta Casa, já andava antes. Não carrego esse peso que eu tenho visto e ouvido daqueles que acreditaram e apoiaram o Governador Pedro Taques, é um peso muito grande daqueles que apoiaram, que acreditaram, que depositaram voto de confiança e que hoje falam “com eu estou arrependido, ah, se eu tivesse uma bola de cristal”.

Então, o que eu espero dessas Audiências Públicas, de agora em diante, é que nós possamos fazer com que elas tenham realmente efeitos produtivos, que nós ouçamos os públicos que aqui vem e que possamos levar para dentro dos processos, para dentro da LDO, da LOA, que nós possamos levar aquilo que realmente é de anseio da comunidade e que a corda não arrebente do lado mais fraco, que os servidores, os agricultores familiares e que o público mais empobrecido deste Estado não venham pagar a conta.

Estive há poucos dias em um jantar dos produtores de algodão, o que eu vi lá foi muito sorriso no rosto, muita alegria e muito contentamento com Governo do Estado. E não é isso que eu vejo na população mais carente, que mais precisa do poder público, o grande, o rico, o agronegócio, por si só se resolvem, mas o pequeno precisa que a política pública chegue até ele, e chegará como? Por meio dos servidores, o Governador não está presente em todos os Municípios, em todas as Secretarias, ele é um só, os Secretários não estarão presentes, quem são os seus braços, as suas mãos, as suas mentes, as suas vontades são os servidores públicos, é por isso que um Governo, municipal, estadual ou federal, não funciona bem se não tiverem os servidores públicos contentes, se os servidores públicos não tiverem essa abertura ao diálogo.

O Gustavo falou muito do diálogo, que precisamos dialogar, mas eu não vi esse diálogo, pelo menos olhando de fora – eu não estava ainda nesta Casa –, quando houve a discussão da RGA, a impressão que eu tive é que tudo que nós tivemos aqui por parte do Governo do Estado foi uma tentativa de patrolamento dos servidores públicos e dos direitos, eles ainda conseguem uma certa mobilização. Ah, se os agricultores familiares tivessem essa organização, essa capacidade, um pouquinho de recurso para se mobilizarem, para virem a Cuiabá, para ocuparem BRs, fazerem o enfrentamento e colocarem aquilo que lhes dói na alma e no coração. Certamente, teríamos hoje muito mais capacidade de compatibilidade. Certamente, teríamos hoje muito mais resultados. É importante termos um Governo, mas é importante que a sociedade também não acolha tudo de bom grado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Com a palavra, o Secretário Gustavo Pinto Coelho de Oliveira, para fazer suas considerações.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - Bom, Deputado, obviamente, essa é a crise!

Estamos falando aqui exatamente que, de tudo que é arrecadado do Tesouro Estadual, apenas 11% o Governo tem o poder discricionário de alocar.

São áreas desprotegidas, como eu disse, anteriormente, ao contrário da saúde e da educação, que têm vinculações constitucionais. Por exemplo, a agricultura familiar não tem, como não tem a cultura. A Secretária de Cultura está aqui, a Regiane, e ela sabe disso, sabe da briga que é estruturar essas áreas orçamentárias desprotegidas. Não é fácil! Na crise são as áreas que mais sofrem. Obviamente, nós mandamos uma proposta de Lei Orçamentária. Tenho certeza que, durante

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16, MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

as discussões, emendas serão propostas para atender justamente isso que Vossa Excelência tão bem defendeu aqui no seu discurso, como, por exemplo, a falta de recursos para a agricultura familiar. Vossa Excelência pode - e acredito que já deva ter feito - propor emendas deslocando recursos de outra área para a agricultura familiar. Isso é legítimo!

A proposta do Executivo, feita lá na LDO, de redução de 15% dos duodécimos para os Poderes, foi justamente para acomodar um mínimo de custeio para as unidades e garantir uma margem maior de expansão de despesas de pessoal, em defesa desse importante patrimônio, que é o servidor público. Infelizmente, não evoluiu dessa maneira. Não conseguimos fazer a redução de 15% dos duodécimos. Os Poderes alegaram, o próprio Defensor disse aqui, que os Poderes têm necessidades próprias e específicas, e não conseguimos acomodar essa redução de 15%. Eu acho que a trajetória orçamentária mostra que essa tendência de aumento de gastos dos Poderes nos últimos anos é real e, acredito eu, necessária. Cada um dos Poderes tem a sua independência, a sua missão a cumprir. Então o Executivo respeitou essa impossibilidade de redução e o limite imposto pelos Poderes na negociação foi de congelamento. Isso, infelizmente, fez com que tivéssemos que reduzir o custeio.

Mas esse é o espaço para a discussão da Lei Orçamentária. E tenho certeza de que todas as propostas, não só de Vossa Excelência, mas de todos os Deputados aqui, vêm para contribuir com essa discussão com a sociedade. Este é o processo. O Executivo encaminha a proposta e cada um dos Deputados tem a oportunidade de, muito mais do que com discurso, efetivamente, com propostas concretas, dentro da rigidez orçamentária, prestigiar as áreas que defendem e entendem ser legítimas.

Então tenho certeza de que Vossa Excelência e a sua equipe já devem ter feito propostas à Lei Orçamentária, quase todos os Deputados fizeram.

Estamos à disposição para analisar isso aí dentro do possível, lembrando que, infelizmente, o que nós temos são esses 11% ou 12% do total do Orçamento como discricionários para o Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Apenas para dizer, Deputado Valdir Barranco, da importância das Audiências Públicas, principalmente, da LDO e da LOA. Porque, em função da discussão nas Audiências Públicas da LDO e da LOA, temos a oportunidade de absorver as demandas.

Quero aqui, inclusive, registrar que foi em função disso, conversando muito com o Oscarlino, que fizemos algumas emendas à LDO.

É óbvio que agora é o embate. Nós estamos fazendo os enfrentamentos. Nem tudo o que colocamos de emenda conseguimos ver inserido no projeto, até porque a Casa é democrática. Mas este é o momento oportuno. Na LOA, agora, é realmente o momento oportuno.

Vossa Excelência poderá fazer suas emendas. Como o Secretário já disse, tem o limite de valores, o recurso é aquele e vai ter que tirar de algum lugar. Obviamente, às vezes, não vamos nem conseguir fazer, mas a Audiência Pública é importante, e as demandas que chegarem aqui nós vamos considerar todas. É importante isso.

Quero aqui, mais uma vez, agradecer a presença das lideranças sindicais, porque tem sido extremamente importante a presença de vocês, a participação. Como dito aqui, o servidor público realmente é o grande patrimônio que o Estado tem e precisa ser realmente valorizado.

O Oscarlino falou com propriedade com relação à importância de reforma das estruturas físicas. Temos situações no DETRAN com as quais ficamos estarecidos: com uma arrecadação tão grandiosa que tem o DETRAN, infelizmente, em muitos lugares a estrutura física é

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16, MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

precária. Citamos o exemplo de Rondonópolis, Secretário. Temos lá uma receita grandiosa, mas até hoje a única estrutura que existe é a segunda CIRETRAN, construída há aproximadamente 15 anos e nunca houve condições de se fazer uma reforma, tendo agora de fazer a locação de um prédio.

São essas situações que vivemos e é importante fazer esse planejamento para que as distorções possam ser corrigidas.

Quero aqui, mais uma vez, agradecer a presença a todos e a nossa assessoria jurídica da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Agradecer a todos vocês, às assessorias dos Parlamentares que aqui estão, às taquígrafas, à *TV Assembleia*, à *Rádio Assembleia*, enfim, a todos que participam.

Agradecer aos nossos companheiros Deputados que aqui estão; ao Secretário Gustavo, atualmente Secretário de Estado de Planejamento, que possivelmente assumirá a Secretaria de Estado de Fazenda ainda esta semana; e ao Dr. Guilherme Müller, que assumirá a Secretaria de Estado de Planejamento. Desejo sucesso a vocês.

Agradecer à Secretária Adjunta, Roberta; e ao representante da Defensoria Pública, Dr. Caio, nossos cumprimentos.

Quero convidar todos para que, amanhã, às 14h, possamos ter a segunda Audiência Pública da LOA. O Dr. Gustavo já nos deu um detalhamento e amanhã estará detalhando mais o Orçamento para 2016. Fica o convite, dizendo que, amanhã, a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária estará presidindo esta segunda Audiência Pública.

Desta forma, não havendo mais nada. Declaro encerrada esta primeira Audiência Pública. (PALMAS)

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Amanda Sollimar Garcia Taques Vital;
 - Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Dircilene Rosa Martins;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Isabel Luíza Lopes;
 - Luciane Carvalho Borges;
 - Nerissa Noujain Salomão Santos;
 - Rosilene Ribeiro de França;
 - Tânia Maria Pita Rocha.
- Revisão:
 - Ila de Castilho Varjão;
 - Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antonia de Almeida Maciel;
 - Rosivânia Ribeiro de França;
 - Sheila Cristiane de Carvalho;
 - Solange Aparecida Barros Pereira.